

Promessas e perspectivas

Para que comece a ver alguma luz no fundo do túnel, o Governo terá de andar em direção oposta àquele para onde anda em um aspecto crucial, o da dívida interna. Esta passou a ser, por seu volume e pela forma insensata como vem sendo conduzida, talvez o principal fator determinante da inflação, no momento. A direção oposta é a redução gradual da dívida e não a expansão brutal que ela vem experimentando.

A redução da dívida só poderá se dar por dois processos simultâneos: a manutenção dos juros reais no nível fixado pela Constituição, porque juros de 3% a 4% ao mês fazem com que ela dobre, a cada ano, em valor constante; e a obtenção de superávits fiscais a serem utilizados na amortização. Fora daí, teremos o desastre — o calote interno ou a falência do Estado, o que dá na mesma. A recuperação econômica do País, permitindo maior ingresso de recursos no Tesouro, não só é inviável num quadro de juros altíssimos, como extremamente demorada para se constituir em estratégia de redução da dívida. Até lá, ela terá cruzado a fronteira para o imponderável.

É uma ilusão supor, como o atual Governo e todos os candidatos a presidente supõem, ou dizem supor, que esta crise poderá ser solucionada sem custos sociais. A produção de superávits fiscais expressivos, indispensáveis à amortização da dívida, exigirá o prosseguimento por vários anos da paralisação dos investimentos públicos, significando retardamento da recuperação econômica, ou recessão. O contrário disso é onírico. O sistema produtivo não investirá enquanto vislumbrar no seu cenário juros reais de 3% a 4% ao mês, porque isto é muito

mais atrativo para o dinheiro do que o investimento em capital fixo. E o Estado também não investirá enquanto os juros continuarem elevando a dívida interna.

Os candidatos deveriam abandonar o discurso demagógico, para não iludirem a população, assumindo logo a dimensão concreta da crise. É preciso dizer à população que haverá dificuldades ainda maiores se a sociedade quiser, de fato, combater a inflação. Prometer recuperação econômica imediata, como muitos fazem, é continuar lidando insensatamente com os fatores psicossociais causadores de conflagração. Se a população decepcionar-se com o próximo governo, prosseguindo na acumulação de frustrações, ela tenderá à indisciplina e à desordem.

É claro que o próximo presidente terá de ter força política para desafiar a elite dirigente que ganha com a inflação e com a política de juros altíssimos. Terá que ter vontade política para desarticular o sistema de forças estabelecido entre as grandes corporações que ganham no *overnight* e os bancos que, estruturalmente ineficientes, não sabem viver com o patamar internacional de juros, que é inferior a 15% ao ano.

A dívida interna converteu-se no grande problema. Os candidatos a presidente não têm dado a ela a importância que adquiriu no contexto da crise brasileira. E continuarão provavelmente entendendo que juros altos são necessários à retração do consumo — um discurso que mal disfarça o conluio entre interesses dos que ganham não no trabalho, mas na agiotagem patrocinada pelo Estado.